

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Uma convicção pode ser a mais perversa das prisões. Quando o que sei não pode ser questionado, escuto apenas aquilo que confirma o que acredito. O que é diferente recuso. Quando acredito que tenho toda a razão e o outro, nenhuma, não existe diálogo. Preso às minhas convicções, reduzo a possibilidade de pensar. Não há como aprender sem estar disposto a mudar de ideia, e para mudar de ideia é preciso aceitar que minha convicção pode estar errada.

Polarização é quando duas convicções opostas ocupam todos os espaços do debate político. Quando não há adversário, mas inimigo. As alternativas, aquelas posições que não se encaixam em nenhum dos dois lados, são postergadas ou negadas. O debate se faz impossível. É como se as mensagens transitassem por canais paralelos ou fossem ditas em línguas diferentes. Pior: a língua é a mesma, as palavras são iguais – mas significam coisas diferentes, dependendo de quem diz.

Paramos de escutar, não interessam os argumentos. Deixa de importar o que é dito, importa quem disse: se foi alguém que é da minha posição, vou defender sem questionar. Mas, se for do outro lado, nego e rebato. Trocam-se palavras de ordem e memes, há menosprezo pelo argumento. Quem não está alinhado com uma das duas posições dominantes não tem voz: o que disser será entendido como apoio ou crítica a um dos dois polos. As ideias se impõem por relação de força – não a força da razão, mas a razão da força. Quem grita mais leva. As posições são sempre muito delimitadas, não existem nuances. É a morte das ideias, o fim da inteligência.

O bom senso é a coisa mais bem distribuída do mundo: nunca ninguém reclama de ter recebido pouco, disse o filósofo francês René Descartes no início de seu **Discurso do método**. Com as ideologias ocorre algo semelhante: nunca ninguém se queixa de ter o juízo distorcido pela própria ideologia. O viés ideológico só afeta os outros. Jamais nos questionamos: será que eu também não estou vendo a realidade? E se o que para mim é tão óbvio for produto de uma ideologia que não me permite ver diferente? É tão claro e tão evidente que não há espaço para dúvidas – e isso é muito perigoso.

BRUZZONI, Andrés. **Ciberpopulismo: política e democracia no mundo digital**. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 9-11 (com adaptações).

Acerca das ideias do texto e das suas propriedades linguísticas, julgue os itens a seguir.

- De acordo com o texto, no debate político, a polarização tem como consequência a produção de convicções opostas que ocupam esse debate e postergam ou negam posições que não se encaixam em nenhum dos lados.
- Segundo o texto, a morte das ideias acontece quando os argumentos não são ouvidos e deixam de ser importantes, sendo substituídos pela força, pelo grito.
- O autor caracteriza a convicção como uma prisão porque uma pessoa que acredita ter toda a razão desconhece o diálogo, reduz a possibilidade de pensar e se mostra sem condições de aprender.
- Consoante as ideias do texto, o problema da ideologia é que ela cria uma realidade clara e evidente sobre a qual inexistente qualquer dúvida, havendo apenas a certeza de que o viés ideológico afeta somente os outros.
- O texto é construído com base nas tipologias informativa e argumentativa.

Em relação aos aspectos gramaticais do texto, julgue os itens seguintes.

- No período “Quando acredito que tenho toda a razão e o outro, nenhuma, não existe diálogo”, o emprego de cada uma das vírgulas é justificado por uma regra específica.
- No segundo parágrafo do texto, o presente do indicativo é empregado na descrição de propriedades abstratas e na narrativa de fatos que se estendem aos dias atuais.
- Na oração “Trocamos-se palavras de ordem e memes”, a substituição de “Trocamos-se” por **Troca-se** é gramaticalmente correta, sendo motivada pela indeterminação do sujeito da oração.
- O pronome “isso”, em “e isso é muito perigoso”, atua como um elemento de coesão referencial, uma vez que resume todo o conteúdo do parágrafo.

Em relação ao Distrito Federal e considerando os aspectos socioeconômicos, demográficos, histórico-culturais e geográfico-ambientais, julgue os itens a seguir.

- 10** O Distrito Federal apresenta o maior produto interno bruto (PIB) *per capita* do Brasil – mais do que o dobro da média nacional –, porém convive com intensa desigualdade interna, possuindo um dos maiores índices de Gini entre as unidades federativas.
- 11** Entre 2010 e 2022, a maioria dos municípios do entorno do DF (RIDE-DF) cresceu demograficamente em ritmo superior ao do próprio Distrito Federal.
- 12** O Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, criado em 1960, no ano de inauguração da capital federal, consolidou-se como um marco cultural da capital federal – é o festival de cinema mais antigo do País e simboliza a relevância de Brasília no cenário audiovisual nacional, com a sua premiação Troféu Candango.
- 13** O pico do Roncador é o ponto mais alto localizado dentro dos limites do Distrito Federal, situando-se na região administrativa de São Sebastião.

Em relação à legislação nacional e distrital que trata da educação, julgue os itens a seguir.

- 14** Considerando o aumento das importações para a China, o Distrito Federal estabeleceu como requisito obrigatório, em sua Lei Orgânica, o mandarim como disciplina obrigatória em todas as etapas da educação básica.
- 15** Prezando pela neutralidade do ensino, o calendário escolar não deverá incorporar a temática da igualdade de condições sociais e direitos entre homens e mulheres de forma transversal no currículo escolar e no Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares.
- 16** Suponha-se que uma pedagoga do Distrito Federal tenha decidido reunir vários professores para estabelecer que, a cada ano, seja realizada uma atividade avaliativa integrando, no mínimo, três disciplinas, abordando temas do currículo ensinado. Nesse caso, é correto afirmar que, ao adotar esse formato, a pedagoga adequou-se às novas metodologias que devem ser empregadas na educação brasileira.

- 17** Um professor deseja dar aula na educação pública do Distrito Federal para o ensino médio. Ele possui um curso de pedagogia e cursos de extensão em matemática. Nesse caso, é correto afirmar que ele está totalmente habilitado a trabalhar no ensino médio, sendo considerado profissional de educação.
- 18** Suponha-se que um professor de matemática do ensino fundamental do Distrito Federal tenha ensinado aos seus alunos que a sua disciplina tem como objetivo fornecer formatos para que eles possam resolver as questões. Para ele, não importava qual método o aluno utilizaria para chegar ao resultado, desde que demonstrasse, por raciocínio lógico, os motivos que tornassem verdadeira a afirmação. Nesse caso, é correto afirmar que o entendimento do professor está em consonância com as competências de matemática para o ensino fundamental.

Em relação aos conselhos tutelares, julgue o item seguinte.

- 19** Suponha-se que um homem e uma mulher, sendo casados, desejassem atuar como conselheiros tutelares na mesma região administrativa do Distrito Federal. Nesse caso, é correto afirmar que, por vedação legal, ambos não poderão exercer o cargo na mesma unidade.

Em relação ao Regime Disciplinar do Servidor Público do Distrito Federal e às Políticas Públicas Distritais, julgue os itens a seguir.

- 20** Suponha-se que uma mulher esteja desempregada desde 2019 e, sem perspectiva de melhorar na carreira, estivesse enfrentando dificuldades para se reinserir no mercado de trabalho. No entanto, uma amiga informou a ela que o Distrito Federal estabeleceu metas de políticas públicas voltadas à redução da taxa de desemprego entre mulheres na região. Nesse caso, é correto afirmar que a informação fornecida pela amiga apresenta fundamento.
- 21** Suponha-se que uma servidora do Distrito Federal tenha sido convocada por sua gestão a participar de um treinamento sobre assédio moral no ambiente de trabalho. No entanto, a servidora argumentou que foi aprovada em concurso público para exercer as suas atividades em pedagogia, e não para participar de treinamentos. Diante disso, a gestora alertou que a recusa poderia acarretar sanções disciplinares. Nesse caso, é correto afirmar que a gestora agiu de maneira adequada.

Uma escola do campo X, localizada no Distrito Federal, caracteriza-se por atender a diferentes modalidades e demandas educativas da comunidade local. Durante os turnos da manhã e da tarde, a instituição organiza turmas multisseriadas do ensino fundamental, contemplando estudantes de diferentes anos em uma mesma sala. No período noturno, oferta a educação de jovens e adultos (EJA), atendendo majoritariamente agricultores familiares que conciliam o estudo com o trabalho no campo. Nesse momento, encontra-se em processo de implementação de um projeto de tempo ampliado, voltado à educação integral, que busca fortalecer aprendizagens e expandir oportunidades formativas. Além disso, recentemente, a comunidade denunciou contaminação do rio local. O conselho escolar propôs um projeto interdisciplinar (“Água, trabalho e vida no campo”), integrando ciências, geografia, língua portuguesa e matemática; que incluiria educação ambiental transversal, uso crítico de TICs (quando disponíveis) e avaliação processual. Parte do corpo docente resiste: defende manter provas padronizadas; calendário urbano; e proibir o uso pedagógico de celulares. Na EJA, alguns sugerem aplicar o mesmo plano das turmas diurnas. Um dos desafios recorrentes enfrentados pela escola é a conectividade intermitente, o que limita o uso contínuo de recursos digitais nas práticas pedagógicas. Nesse momento, o PPP está em revisão.

Com base nessa situação hipotética e considerando-se as políticas públicas vigentes como referência, julgue os itens a seguir.

- 22** Suponha-se que, na escola do campo X, a defesa de provas padronizadas como instrumento exclusivo de avaliação contraria o princípio da contextualização curricular (LDB, art. 28) e o da gestão democrática (CF/1988, art. 206, VI), ao mesmo tempo em que reforça a lógica de responsabilização prevista em algumas políticas de avaliação em larga escala (como a Prova Brasil). Nesse sentido, é correto afirmar que tal prática, embora inadequada ao contexto da escola do campo, encontrará respaldo parcial em políticas de monitoramento de qualidade da educação básica.
- 23** A adoção de um projeto interdisciplinar que se baseia em educação ambiental e integração de áreas do conhecimento está em consonância com a BNCC (2017), que prevê temas transversais e com o PNE, que trata da melhoria da qualidade da educação. Entretanto, se o projeto não considerar a especificidade do currículo da EJA e das turmas multisseriadas, ele incorre em contradição com as Diretrizes para a Educação Básica: escolas do campo e EJA.
- 24** Suponha-se que a intermitência da conectividade digital da escola do campo X pode justificar a limitação do uso de TICs no processo pedagógico, desde que alternativas analógicas sejam previstas. Nesse caso, é correto afirmar que, ao proibir pedagogicamente o uso de celulares, a escola descumpra tanto a Política Nacional de Educação Digital quanto as orientações do Plano Nacional de Educação (Meta 5, quando relaciona alfabetização e letramento digital), pois deixará de explorar a tecnologia como recurso pedagógico inclusivo.

- 25** A prática docente de adotar exclusivamente provas padronizadas, rejeitando metodologias interdisciplinares e o uso pedagógico de tecnologias, aproxima-se mais da tendência tradicional do que da tecnicista, já que priorizará a centralidade do professor como transmissor de conteúdos e a memorização como forma de aprendizagem.
- 26** O modelo de avaliação processual proposto pelo projeto interdisciplinar contrapõe-se ao modelo de responsabilização individualizado presente nas avaliações externas. Porém, ao incorporar registros sistemáticos e autoavaliação, aproxima-se das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) e da concepção formativa defendida pelo PNE (Estratégia 7.3). Logo, a coexistência entre avaliação formativa interna e exames externos de larga escala caracterizará um cenário de complementaridade coerente com as políticas públicas atuais.
- 27** Na revisão do PPP, caso a escola considere apenas diretrizes nacionais (BNCC, PNE e LDB), sem dialogar com legislações específicas como as Diretrizes da Educação do Campo e da Educação Especial, o documento resultante será juridicamente válido, mas pedagogicamente frágil, pois ignorará normativas específicas de modalidades atendidas.
- 28** Aplicar o mesmo planejamento das turmas regulares diurnas para a EJA pode ser interpretado como garantia de equidade, já que assegura aos jovens e aos adultos o mesmo currículo. Contudo, isso fere o princípio da equidade na diferença previsto nas Diretrizes Curriculares da EJA, que recomendam metodologias diferenciadas. Essa contradição refletirá uma tensão entre a busca de igualdade formal e a necessidade de reconhecer desigualdades históricas.
- 29** O protagonismo do conselho escolar ao propor um projeto interdisciplinar é expressão da gestão democrática (CF/1988, art. 206, VI; LDB, art. 14). Entretanto, se a decisão não for homologada coletivamente no PPP, ela poderá carecer de legitimidade institucional, revelando que a gestão democrática exige tanto participação ampla quanto formalização nas instâncias oficiais da escola.
- 30** Suponha-se que o projeto de tempo ampliado da escola do campo X pode ser considerado uma ação de educação integral em consonância com a Meta 6 do PNE. Nesse caso, é correto afirmar que, se o projeto for implantado sem integração curricular, limitando-se ao aumento de tempo em sala, estará descolado da concepção de integralidade defendida pelas Diretrizes Curriculares da Educação Integral, que entendem a integralidade como articulação entre escola, comunidade e território.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

No início do ano, uma escola pública de ensino fundamental recebeu três novos alunos:

- uma aluna com baixa visão, que necessita de materiais em Braille e fonte ampliada;
- um aluno com deficiência intelectual leve, que precisa de adaptações curriculares individualizadas; e
- uma aluna com transtorno do espectro autista (TEA), cuja família solicitou acompanhamento especializado em sala comum.

Parte da equipe docente acredita que não há obrigação legal de oferecer tais recursos, já que a escola não dispõe nem de estrutura nem de profissionais específicos.

Com base nessa situação hipotética e na legislação vigente – Declaração de Salamanca, Política Nacional de Educação Especial/2008, Resolução CNE/CEB nº 4/2009, Lei nº 12.764/2012 e Lei nº 13.146/2015 –, julgue os itens seguintes.

- 31** Suponha-se que essa escola tenha decidido priorizar a oferta de alguns materiais acessíveis à aluna com baixa visão, enquanto outros seriam mantidos no formato padrão devido à alta complexidade da adaptação. Nesse caso, é correto afirmar que essa decisão estará alinhada à Declaração de Salamanca, que defende a criação de sistemas educacionais planejados para proporcionar uma relação custo-qualidade e respeitar as condições estruturais das instituições na promoção da inclusão.
- 32** No caso do aluno com deficiência intelectual leve, é correto afirmar que a Política Nacional de 2008 orientará que a escola comum deva assegurar a sua permanência em sala regular, com adaptações curriculares, ainda que a instituição não disponha de todos os recursos humanos no momento da matrícula.
- 33** O atendimento educacional especializado (AEE) passará a substituir a escolarização comum do aluno com deficiência intelectual, desde que seja apresentado o laudo médico que comprove a sua deficiência.
- 34** A Lei Berenice Piana (2012) garantirá à aluna, na condição de pessoa com TEA, o direito a um acompanhante especializado em sala de aula, cujos custos devem ser integralmente assumidos pelo Poder Público nos casos em que a família da aluna se encontre em condição de vulnerabilidade socioeconômica, desde que haja disponibilidade orçamentária para o atendimento.
- 35** O fornecimento de materiais em Braille e fonte ampliada para a aluna com baixa visão é um dever da escola, devendo ser consideradas a acessibilidade comunicacional e a pedagógica como condições indispensáveis à inclusão escolar.

Um professor de história, em uma turma do ensino médio, observou que uma aluna surda ainda não acompanhava integralmente as atividades de leitura de textos históricos. Buscou apoio da equipe pedagógica e constatou que a escola havia se inscrito recentemente em um programa de formação docente para inclusão, porém ainda não formalizara estratégias no PPP. Diante disso, surgem dúvidas sobre quais normativas devem orientar a atuação da escola.

Com base nessa situação hipotética e na legislação vigente – Parecer CNE/CP nº 50/2023 e Resolução CEDF nº 3/2023) –, julgue os itens a seguir.

- 36** A ausência de estratégias formais no PPP isenta a escola de garantir, de forma imediata, recursos de acessibilidade, já que o Parecer CNE/CP nº 50/2023 admitirá que a inclusão dependa exclusivamente da adesão prévia a programas de formação docente.
- 37** A Resolução CEDF nº 3/2023 estabelecerá que a acessibilidade comunicacional – incluindo a presença de intérprete de Libras, os recursos visuais e os materiais adaptados – é dever da escola pública do DF, devendo constar no PPP e ser efetivada no cotidiano pedagógico.

Um centro de ensino em Taguatinga (DF) atende a 620 estudantes do ensino fundamental e médio, sendo 28 pertencentes ao público-alvo da educação especial. A escola iniciou a implementação do Caderno de Orientações Pedagógicas 2025; contudo parte do corpo docente ainda centra a avaliação em provas escritas e notas quantitativas, em desacordo com princípios da avaliação formativa. Em reunião pedagógica, a coordenação destacou o Currículo em Movimento – Educação Especial como referência orientadora do processo pedagógico e apresentou as orientações pedagógicas da educação especial como documento orientador complementar. Alguns docentes manifestaram receio de que o uso de *softwares* de leitura e de recursos de comunicação alternativa pudessem comprometer a autonomia de estudantes com deficiência visual e deficiência múltipla. A equipe também debateu se o atendimento educacional especializado (AEE) deveria ocorrer apenas em horários distintos (turno inverso), de forma paralela ao ensino regular, ou se precisaria manter articulação pedagógica constante com a sala comum.

Com base nessa situação hipotética e nos documentos orientadores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) para a educação especial, julgue os itens a seguir.

- 38** Ao orientar que o AEE seja planejado em articulação com o ensino regular, o Currículo em Movimento da Educação Especial reafirmará o paradigma inclusivo: o atendimento especializado não substitui conteúdos, mas fornece meios pedagógicos, recursos e estratégias acessíveis, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial (2008) e com os princípios da equidade previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC – 2017).
- 39** A coexistência do currículo em movimento da educação especial e da Orientação Pedagógica da Educação Especial não configura sobreposição normativa, pois ambos são referenciais oficiais da SEEDF que se complementam: o primeiro no plano curricular e o segundo no plano operacional.
- 40** A compreensão do AEE como atividade paralela e substitutiva ao ensino regular, defendida por alguns docentes, vai ao encontro da proposta estipulada pelo currículo em movimento da educação especial e pela Orientação Pedagógica Da Educação Especial, assegurando o direito à escolarização em classes regulares.
- 41** A interpretação de que a Orientação Pedagógica da Educação Especial não possui caráter vinculante, restringindo-se a função meramente consultiva, ignora que esse documento, enquanto diretriz normativa distrital, vincula as práticas escolares à política inclusiva, em conformidade com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

- 42** A alegação de que *softwares* de leitura e comunicação alternativa podem produzir dependência tecnológica reflete as preocupações abordadas no Caderno de Orientação Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva 2025, ao considerar que o uso excessivo dessas tecnologias pode substituir estratégias pedagógicas tradicionais, impactando negativamente o processo de ensino-aprendizagem.
- 43** A leitura correta do caderno de orientação pedagógica 2025 implica reconhecer que a tecnologia assistiva não é opcional ou acessória, mas instrumento de acessibilidade pedagógica obrigatória, fundamentado na perspectiva inclusiva da SEEDF e nas normas federais de acessibilidade digital, de modo que sua recusa configura barreira atitudinal e pedagógica.

Em uma escola localizada no Distrito Federal, diversos desafios relacionados à inclusão educacional, e detalhados a seguir, foram identificados.

- Uma aluna com deficiência visual ainda não recebeu os recursos de tecnologia assistiva previstos no PPP.
- Um aluno com deficiência intelectual leve apresenta dificuldades de aprendizagem nos conteúdos de matemática, mas sua professora não sabe como adequar o currículo sem comprometer os objetivos da turma.
- Um aluno com dislexia continua sendo avaliado de forma padronizada, sem adaptações, acumulando reprovações.

Durante uma reunião pedagógica, a equipe gestora afirmou que o AEE poderia substituir parte do currículo regular do aluno com deficiência intelectual leve, e orientou o professor da sala comum a aguardar instruções externas antes de realizar quaisquer adaptações. Alguns docentes questionaram se o uso de leitores de tela e materiais em Braille para a aluna com deficiência visual configuraria um privilégio em detrimento dos demais estudantes.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 44** A afirmação da gestão de que o AEE pode substituir parte do currículo comum do aluno com deficiência intelectual leve encontra respaldo nas políticas nacionais até os anos 1990, quando predominava a escolarização em instituições e classes especiais, mas contrariará a perspectiva inclusiva consolidada a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e reforçada nos documentos da SEEDF.
- 45** Ao afirmar que o AEE pode substituir parte do currículo do aluno com deficiência intelectual leve, a equipe gestora demonstrou alinhamento com as práticas pedagógicas inclusivas, que preveem adaptações curriculares voltadas às necessidades específicas dos estudantes, desde que orientadas e aprovadas por profissionais especializados.

- 46** O questionamento de alguns docentes a respeito do uso de Braille e leitores de tela como privilégios para a aluna com deficiência visual expressa uma visão equivocada, pois as tecnologias assistivas são instrumentos de acessibilidade amplamente reconhecidos como condição para garantir a igualdade de oportunidades na educação.
- 47** A situação do aluno diagnosticado com dislexia, mas avaliado exclusivamente por provas padronizadas, pode ser tratada da mesma forma que as dificuldades de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual leve, uma vez que ambas se configuram como problemas de defasagem pedagógica, e não como transtornos específicos, não exigindo adaptações distintas.
- 48** A alegação de que o professor deverá esperar por orientações externas para adequar o currículo do aluno com deficiência intelectual leve ignora a função atribuída pela LDB (art. 13) e pelos documentos da SEEDF, que estabelecem como dever docente formular, aplicar, revisar e avaliar adequações curriculares em diálogo com o AEE, sem delegar tal função a instâncias externas.

Em uma escola localizada no Distrito Federal, denúncias de estudantes com deficiência física revelam exclusão de atividades esportivas e comentários depreciativos de colegas, caracterizando práticas capacitistas. A coordenação pedagógica convocou uma reunião para estudo de caso envolvendo um aluno com TEA, mas afirmou que apenas laudos médicos devem fundamentar as estratégias de ensino. Além disso, professores divergiram acerca do papel do AEE: alguns acreditam que o especialista deveria assumir toda a responsabilidade pela adequação curricular, liberando o professor da sala comum dessa função.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 49** Ao afirmar que apenas laudos médicos devem fundamentar as estratégias pedagógicas para o aluno com TEA, a coordenação pedagógica estará em consonância com a LDB (art. 59), que condiciona a adequação do ensino a diagnósticos clínicos específicos e garante segurança jurídica ao processo.
- 50** A divergência entre os professores quanto ao papel do AEE evidencia equívoco: segundo a Orientação Pedagógica da Educação Especial da SEEDF, caberá ao professor especializado elaborar a adequação curricular do estudante, enquanto o docente da sala comum executa o plano em sala.

- 51** A decisão de restringir a participação de estudantes com deficiência física das atividades esportivas pode ser substituída por tarefas de registro em planilhas acerca das modalidades, como anotar regras, pontuações e estatísticas de jogos, sem vivenciar a prática motora. Essa medida será considerada pedagogicamente adequada, pois garante que os alunos participem da disciplina.
- 52** Os comentários depreciativos contra os estudantes com deficiência física configuram práticas capacitistas, que deverão ser enfrentadas com ações pedagógicas, de gestão e de conscientização da comunidade escolar, conforme orienta a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e os documentos da SEEDF.

Em uma escola técnica federal do Distrito Federal, turma do 2º ano do ensino médio, três estudantes apresentaram perfis que demandam atenção pedagógica diferenciada: um aluno com deficiência visual severa utilizava recurso de leitura em Braille e *softwares* de acessibilidade, mas a escola não possui versões digitais de todos os materiais didáticos, limitando a sua participação em laboratórios de física e química. Uma estudante com transtorno do espectro autista (TEA) apresentava dificuldade de adaptação a mudanças de rotina, sensibilidade auditiva elevada e tendência a fixar-se em temas específicos, o que interferia na participação em trabalhos coletivos e debates em sala de aula. E havia um aluno com altas habilidades/superdotação, que dominava conteúdos complexos rapidamente e demonstrava necessidade de desafios curriculares avançados. A ausência de atividades diferenciadas provocava desinteresse e impacto negativo na interação social com colegas.

Com base nessa situação hipotética e considerando as políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 53** O professor deve observar, registrar e analisar sistematicamente os padrões comportamentais, cognitivos e sensoriais da estudante com TEA, para planejar estratégias pedagógicas individualizadas que promovam participação efetiva, inclusão e aprendizagem significativa, mesmo que isso demande reorganização temporária de atividades coletivas.
- 54** Aplicar atividades em grupo de forma uniforme para os três alunos sem ajustes de ritmo, conteúdo ou suporte pedagógico individualizado é uma prática adequada, pois estratégias diferenciadas podem prejudicar a coesão da turma e gerar desigualdade entre estudantes.
- 55** Planejar atividades de enriquecimento e desafios adicionais para o aluno com altas habilidades/superdotação é obrigatório para garantir acesso pleno, engajamento, participação e aprendizagem significativa, respeitando as suas necessidades individuais e prevenindo desinteresse ou desmotivação.

Em uma escola do Distrito Federal, o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) atendia a uma turma heterogênea de 2º segmento, composta de adultos com trajetórias educacionais e experiências de vida complexas: um aluno de 34 anos de idade, trabalhador noturno, analfabeto funcional, que dominava práticas manuais e conhecimentos comunitários, mas apresentava lacunas na leitura e na escrita formal; uma aluna de 42 anos de idade, mãe de três filhos, que possuía alfabetização funcional, mas apresentava baixa autoestima, dificuldade de participação em debates sobre cidadania e limitações na construção de argumentação crítica; e um aluno de 28 anos de idade, migrante, com domínio parcial da língua portuguesa, que apresentava competências numéricas aplicadas em seu trabalho informal, mas não conseguia transpor esses saberes para contextos escolares formais.

Com base nessa situação hipotética e considerando as políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 56** A construção do currículo para o aluno de 34 anos de idade deve, necessariamente, valorizar saberes prévios, experiências de vida e contexto sociocultural, de modo que as atividades de alfabetização e letramento sejam funcionalmente significativas, fomentando aprendizagem autônoma e inclusão integral.
- 57** A promoção da aprendizagem significativa da aluna de 42 anos de idade e do aluno de 28 anos de idade pode ser alcançada por meio de atividades individualizadas e isoladas, pois a EJA prioriza a instrução formal e padronizada como estratégia equitativa.
- 58** O planejamento de matemática e língua portuguesa, para o aluno de 28 anos de idade e para o aluno de 34 anos de idade, deve considerar contexto sociocultural, saberes prévios, funcionalidade e aplicabilidade na vida cotidiana, garantindo aprendizagem significativa, engajamento, protagonismo e inclusão, respeitando ritmos e trajetórias individuais.

Em um centro educacional, situado no Distrito Federal, a equipe pedagógica enfrenta impasses na organização das turmas da EJA. Entre os matriculados, há estudantes surdos usuários de Libras, jovens com TEA e adultos trabalhadores com histórico de evasão escolar. A direção defende que a alocação dos educandos em turmas regulares deve prevalecer sobre qualquer adequação específica, priorizando a logística da lotação. Parte dos docentes sustenta que as turmas inclusivas da EJA não necessitam de objetivos próprios, bastando replicar os das demais modalidades regulares.

Além disso, a estratégia de matrícula foi aplicada apenas pelo critério cronológico de inscrição, sem a avaliação das necessidades educacionais especiais, o que gerou concentração de estudantes com deficiência em uma única turma.

Com base nessa situação hipotética e considerando as políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 59** A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 assegura que os objetivos pedagógicos das turmas da EJA devem considerar, sempre que possível, as necessidades específicas de cada estudante, inclusive daqueles com deficiência ou TEA, garantindo a flexibilização curricular e as estratégias de acessibilidade, como forma de promover a equidade e a participação plena no processo educativo.

60 É juridicamente aceitável que a matrícula de estudantes com deficiência ou TEA siga exclusivamente a ordem cronológica de inscrição, ainda que isso resulte na segregação em turmas específicas, pois tal procedimento respeita a legalidade administrativa e garante transparência no processo.

61 A organização das turmas da EJA, segundo os documentos norteadores da SEEDF, incluindo o Currículo em Movimento da Educação de Jovens e Adultos do DF, deve contemplar a diversidade etária, sociocultural e as necessidades específicas dos educandos com deficiência ou TEA, constituindo-se como medida de equidade pedagógica.

Duas unidades públicas – um centro de educação infantil (CEI), que atende a pré-escola (4 e 5 anos de idade), e uma escola classe, que atende os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) – enfrentam múltiplos desafios para adequar o currículo e as práticas pedagógicas às legislações distritais de inclusão e diversidade. Observam-se as seguintes situações:

- Durante a organização do currículo na escola classe, a coordenação percebeu que as aulas não contemplavam sistematicamente conteúdos acerca da Lei Maria da Penha.
- Um professor da escola classe relatou dificuldade em planejar atividades para o Dia de Combate à LGBTFobia, sem gerar constrangimentos ou preconceitos.
- O CEI recebeu recentemente crianças migrantes e refugiadas de 4 anos de idade, mas não havia procedimento formal de matrícula imediata.
- Estudantes indígenas matriculados na escola classe enfrentaram dificuldades de integração.
- O CEI não estava priorizando a recepção de crianças indígenas.

As direções das duas unidades solicitam que a equipe pedagógica elabore um plano de ação estratégico, garantindo o cumprimento das leis e das portarias vigentes.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas da SEEDF, julgue os itens a seguir.

- 62** A omissão de estratégias sistemáticas de ensino a respeito das noções básicas da Lei Maria da Penha no currículo da escola classe não configurará descumprimento legal, uma vez que essa lei apenas recomenda uma abordagem transversal, podendo ser abordada de forma eventual em atividades pontuais.
- 63** A promoção de atividades lúdicas e pedagógicas, com debates sobre respeito à diversidade sexual, no Dia de Combate à LGBTFobia, instituído pela Lei Distrital nº 4.374/2009, coaduna-se com a finalidade da data e com os princípios de educação inclusiva.
- 64** Conforme a Lei Distrital nº 7.395/2024, admite-se o diferimento da matrícula em CEI, mediante autorização prévia e específica da autoridade competente da SEEDF, para crianças migrantes, refugiadas e apátridas, durante a conferência documental, sem ofensa à norma; tal faculdade não alcança as creches públicas distritais.

- 65** A escola classe deve implementar estratégias pedagógicas específicas para estudantes indígenas, incluindo ensino intercultural e bilíngue, respeito às identidades étnicas e valorização das línguas e saberes tradicionais, conforme está definido na Portaria SEEDF nº 279/2018, garantindo acolhimento e permanência efetiva desses estudantes na rede pública.
- 66** Sendo o CEI uma instituição de educação infantil da rede pública, aplica-se a ele a prioridade de matrícula para crianças indígenas, a qual está prevista na Lei Distrital nº 5.816/2017; a reserva de vaga exigirá a apresentação do Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI), além dos demais documentos requeridos pela SEEDF. Igual previsão se estende às creches da rede pública do DF.

Uma estudante quilombola de uma turma do 5º ano de uma escola relata que os materiais didáticos utilizados não contemplam referências à história e cultura afro-brasileira e africana. Além disso, a turma não possui uma rotina estruturada de educação em direitos humanos, nem ações voltadas à equidade étnico-racial.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas relacionadas, julgue os itens a seguir.

- 67** A ausência de uma rotina estruturada de educação em direitos humanos na turma da estudante está em desacordo com a Resolução CNE/CP nº 1/2012, que determinará que essa temática deve ser tratada como uma disciplina autônoma nos currículos da educação básica.
- 68** Os materiais didáticos deverão incluir, a partir do 2º ano do ensino fundamental, conteúdos relativos à história e à cultura afro-brasileira e africana, em consonância com a Política Nacional de Implementação de Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- 69** A Política Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais (PNEERQ) prevê que a implementação de ações estruturadas para a promoção da equidade étnico-racial, ausentes na rotina da turma da estudante, poderá ser realizada de forma gradual. Dessa forma, a não existência imediata dessas ações não caracteriza um descumprimento direto da legislação, mas, sim, uma etapa natural do processo de adaptação da escola.
- 70** Diante do caso apresentado, a medida adequada e alinhada às políticas públicas será revisar o planejamento e os materiais didáticos para garantir, de forma transversal e contínua, a inclusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana, bem como instituir uma rotina estruturada de educação em direitos humanos com acompanhamento periódico. Assim, ações pontuais, como aulas isoladas ou datas comemorativas, são insuficientes para superar o problema identificado.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A formação do pensamento brasileiro a respeito da prática da arquitetura e urbanismo atual é fruto de um desdobramento direto dos grandes debates globais do século XX, como a chegada do movimento moderno e suas premissas, que recebe influência internacional para a construção da identidade local. A partir desse contexto e dos fundamentos teóricos em arquitetura e urbanismo, julgue os itens a seguir.

- 71** O movimento moderno brasileiro defende uma ruptura com os estilos históricos, propondo uma arquitetura com base na funcionalidade e na racionalidade.
- 72** Le Corbusier e Peter Hall revelam-se grandes teóricos e influenciadores deste movimento.
- 73** O movimento brasileiro chamado novarquitectura foi um dos pilares do modernismo nacional.

Muitos autores contribuem para os conceitos fundamentais em arquitetura e urbanismo. O livro “A Alegoria do Patrimônio”, de Françoise Choay, é exemplo disso pois oferece uma análise crítica a respeito da gênese e a evolução do conceito de patrimônio. A perspectiva de Choay complementa a de Cesari Brandi, pois desloca o foco da técnica de restauração para a reflexão a respeito do significado e a função do patrimônio na sociedade contemporânea. A partir dessa informação, julgue os itens seguintes.

- 74** A área de preservação do patrimônio cultural e arquitetônico seguem valores focados no objeto e seu valor intrínseco de memória.
- 75** A autora argumenta que o patrimônio é uma construção ideológica, uma invenção moderna que atribui um valor cultural e simbólico a certas obras e espaços.
- 76** Temas como a restauração devem buscar o restabelecimento da sua integridade potencial sem, contudo, falsificar o tempo e a história.

Algumas Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) indicam propostas de padronização e da qualidade na construção civil. Elas traduzem os avanços da engenharia e da arquitetura em diretrizes claras, garantindo a segurança, a funcionalidade e o desempenho das edificações. Uma das mais importantes para o campo da arquitetura e urbanismo é a ABNT NBR 16636:2017 – elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 77** A norma foi atualizada para facilitar o processo de trabalho, garantindo a produtividade e a compatibilização com os projetos complementares, incluindo projetos urbanísticos e paisagísticos.

- 78** Essa norma representa a evolução da antiga Norma NBR 13.531:1995, já cancelada, pois abordava questões de elaboração de projetos de edificações já defasadas.
- 79** Essa norma padroniza as fases e etapas de um projeto de arquitetura e urbanismo, desde a concepção inicial até a entrega da obra construída.
- 80** A NBR 16636 contribui para a metodologia de projeto, pois define métodos construtivos e normas de execução de obra, indicando quais materiais devem ser utilizados nas edificações.

A Lei nº 6.766/1979 e a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), são marcos legais que fundamentam a política e o licenciamento ambiental no país. Disciplinam o parcelamento do solo urbano, estabelecem os requisitos essenciais para a infraestrutura básica, como as áreas destinadas a sistemas viários e espaços livres, além de definir os critérios de aprovação pelos municípios. A título de exemplo, a Lei nº 6.766/1979 passou a exigir a criação de faixas de não edificação ao longo de ferrovias e cursos d’água, reforçando a proteção desses espaços e prevenindo a ocupação irregular em locais perigosos ou sensíveis. Acerca do planejamento urbano e da lei do parcelamento do solo urbano, julgue os itens a seguir.

- 81** Em um avanço significativo para a proteção ambiental e a segurança das ocupações, a Lei nº 6.766 foi atualizada em 2019 para proibir o parcelamento de terrenos com declividade igual ou superior a 30%, áreas alagadiças ou com riscos de deslizamento.
- 82** Disciplinado na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), o EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança é um dos exemplos de instrumentos fundamentais para o controle e proteção ambiental nas cidades brasileiras.
- 83** Este marco legal regulamenta os artigos 102 e 103 da Constituição, que estabelece diretrizes da política urbana e instrumentos como plano diretor, e origina a Lei nº 10.257/2001.

O Estatuto da Cidade, instituído pela Lei nº 10.257/2001, constitui um marco legal fundamental para a gestão urbana no Brasil, orientando o planejamento e a ocupação do solo urbano de forma a garantir a função social da propriedade e o desenvolvimento sustentável das cidades. A Lei estabelece uma série de instrumentos, tanto econômicos quanto administrativos, que permitem aos municípios regular a expansão urbana, controlar o uso do solo e intervir no mercado imobiliário, assegurando que a cidade atenda às necessidades coletivas. A respeito do Estatuto das Cidades, julgue os itens seguintes.

- 84** O Estatuto das Cidades consolida princípios de planejamento, participação social e função social da propriedade, oferecendo um arcabouço normativo essencial para a promoção de cidades mais justas.
- 85** São instrumentos do Estatuto da Cidade: a outorga onerosa do direito de construir e o instrumento de direito de preempção, que permitem à administração municipal intervir no mercado imobiliário.

A ABNT NBR 9050:2020 desempenha papel central na promoção do desenho universal e da inclusão social, ao estabelecer critérios técnicos que asseguram acessibilidade em edificações, espaços públicos, mobiliário e equipamentos urbanos. Sua importância reside no fato de orientar arquitetos, engenheiros, gestores e construtores na criação de ambientes que sejam utilizáveis por todas as pessoas, independentemente de idade, estatura ou condição de mobilidade. A versão de 2020 trouxe avanços importantes, como a atualização das medidas de alcance manual e visual, a definição mais precisa de rotas acessíveis e rampas, a ampliação das regras para sinalização tátil e contrastes visuais, além de detalhamentos para banheiros, cozinhas e mobiliário adaptado. Acerca da Norma de Acessibilidade, julgue os itens a seguir.

- 86** A norma permite que portas de sanitários acessíveis tenham maçanetas convencionais, desde que a abertura seja feita com esforço moderado.
- 87** A edição de 2020 revisou os alcances manuais e visuais, incorporando estudos antropométricos contemporâneos, assegurando uso confortável para cadeirantes, pessoas com mobilidade reduzida e de baixa estatura.

A ABNT NBR 15575:2021 – Edificações habitacionais – Desempenho é a norma brasileira que estabelece critérios técnicos para garantir segurança, conforto, durabilidade e habitabilidade em edificações residenciais. Sua importância reside em fornecer parâmetros claros e mensuráveis para projetistas, construtores e órgãos fiscalizadores, permitindo que as edificações atendam às expectativas de qualidade e eficiência ao longo de sua vida útil. A versão de 2021 trouxe atualizações significativas nos critérios de desempenho acústico e térmico, maior detalhamento a respeito da durabilidade de sistemas construtivos, métodos de avaliação, além da exigência de documentação técnica completa, incluindo manuais de operação e manutenção, fortalecendo a responsabilidade técnica e a transparência na construção residencial. A respeito da Norma de Desempenho, julgue os itens seguintes.

- 88** A norma 15575:2021 estabelece parâmetros de desempenho diferenciados para cada elemento construtivo (estrutural, vedações, instalações e coberturas) e admite que testes laboratoriais substituam completamente a avaliação em campo, a partir das especificações dos fabricantes.

- 89** A norma incorpora avaliação de vida útil funcional e durabilidade de sistemas construtivos, considerando manutenção planejada e degradação gradual, o que exige do projetista o planejamento de estratégias de operação e manutenção ao longo do tempo.

O BIM (*Building Information Modeling*) e a arquitetura paramétrica representam um avanço transformador na prática arquitetônica, ao integrar modelagem digital, dados construtivos e processos paramétricos para gerar projetos mais precisos, eficientes e adaptáveis. Enquanto o BIM organiza informações de toda a edificação como a estrutura, instalações, materiais e cronogramas, a arquitetura paramétrica permite que geometrias complexas sejam geradas e ajustadas automaticamente a partir de algoritmos e regras de design, promovendo soluções inovadoras e de alto desempenho, a partir de compatibilização e modelagem digital avançada. Acerca da arquitetura paramétrica, julgue os itens a seguir.

- 90** A combinação de BIM com análise paramétrica facilita o cumprimento de normas técnicas, como NBR 9050 (acessibilidade) e NBR 15575 (desempenho habitacional), por meio de verificação e simulação computacional.
- 91** A aplicação adequada de BIM corrige os conflitos e incorporam as normas de desempenho e acessibilidade, pois a geometria otimizada garante automaticamente conforto e segurança e dispensa a compatibilização entre projetos de diferentes disciplinas.

Nos últimos anos, o campo do controle ambiental da edificação tem avançado significativamente, impulsionado por inovações tecnológicas e uma crescente conscientização acerca da sustentabilidade e bem-estar. No conforto térmico, destaca-se a aplicação de sensores operados por algoritmos de aprendizado de máquina, que otimizam o consumo de energia e reduzindo emissões de gases de efeito estufa associadas a sistemas de climatização. Em relação ao conforto acústico, observa-se uma crescente valorização da qualidade sonora urbana e também nos espaços educacionais, reconhecendo seu impacto direto na concentração e aprendizado dos ocupantes. Quanto ao conforto luminoso, há um movimento em direção ao uso de tecnologias que maximizam a eficiência da iluminação natural, reduzindo a dependência de fontes artificiais e promovendo ambientes mais saudáveis e energeticamente eficientes. Essas tendências refletem uma abordagem integrada e inovadora para criar edificações mais eficientes, a exemplo do aplicado no Programa Brasileiro de Etiquetagem de Edificações (PBE Edifica). Acerca do controle ambiental da edificação, julgue os itens a seguir.

- 92** A NBR 15220 representou um marco normativo pois estabeleceu critérios de desempenho térmico das edificações brasileiras considerando as zonas bioclimáticas brasileiras.
- 93** Simulações computacionais de desempenho térmico permitem avaliar diferentes cenários de insolação, ventilação natural e carga térmica, integrando parâmetros climáticos locais ao processo projetual.

- 94** A avaliação de desempenho acústico deve priorizar o isolamento sonoro (controle da transmissão entre ambientes) e promover o bloqueio do ruído externo em áreas de alto tráfego urbano.
- 95** Adotar superfícies refletivas nas fachadas e coberturas garante máxima eficiência energética pois gera conforto luminoso, e reduz o risco de ofuscamento interno.
- 96** O PBE Edifica é coordenado pelo Inmetro e visa avaliar e classificar o nível de eficiência energética das edificações no Brasil. As edificações recebem a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), que classifica os edifícios de A a E.
- 97** As edificações públicas federais localizadas em Brasília devem obrigatoriamente utilizar a metodologia do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE Edifica).

A segurança contra incêndio em edificações é um tema crítico para a proteção da vida e do patrimônio. No Distrito Federal, o Corpo de Bombeiros Militar (CBMDF) estabelece diretrizes específicas por meio das Normas Técnicas (NTs), complementadas por normas brasileiras, como a NBR 9077:2001, que trata das saídas de emergência. As NTs representam, portanto, importantes marcos para a garantia da qualidade e segurança das edificações. Essas normas formam um arcabouço técnico que orienta o projeto, execução e manutenção de sistemas de prevenção e combate a incêndios, incluindo planejamento de saídas de emergência, equipamentos de proteção e estratégias de mitigação de risco. Acerca das medidas de segurança contra incêndio no Distrito Federal, julgue os itens seguintes.

- 98** A NT nº 1 do CBMDF estabelece as medidas de segurança contra incêndio para edificações e áreas de risco, incluindo requisitos para saídas de emergência, sinalização e equipamentos de combate a incêndio.
- 99** O cumprimento da NBR 9077:2001 dispensa a análise de risco de incêndio definida na NT nº 2, pois a largura de saídas garante automaticamente evacuação segura.

O trágico incêndio da Boate Kiss, ocorrido em janeiro de 2013 em Santa Maria (RS), resultou em centenas de vítimas e evidenciou graves falhas em segurança contra incêndio. Entre os fatores identificados, estavam a superlotação, o uso de material altamente inflamável no isolamento acústico, portas de saída trancadas ou inadequadas, e ausência de sinalização e sistemas de alarme eficientes. No entanto, a rápida ação de parte da equipe da boate, que abriu uma saída de emergência e auxiliou algumas pessoas, evitou que o número de vítimas fosse ainda maior. Com base nessas informações e considerando noções de prevenção contra incêndio, julgue os itens a seguir.

- 100** A legislação atual permite que a verificação de conformidade dos sistemas de prevenção de incêndio seja realizada apenas após a conclusão da obra ou evento, sem necessidade de aprovação prévia de projetos ou inspeção durante a execução.
- 101** A presença de portas de saída trancadas ou inadequadamente dimensionadas impediu a evacuação rápida de ocupantes, contrariando princípios de saídas de emergência previstas na NBR 9077:2001 e nas NTs de segurança do Corpo de Bombeiros.

Um escritório de arquitetura de médio porte, especializado em projetos comerciais e residenciais, historicamente utiliza o AutoCAD para desenvolver plantas, cortes e detalhes construtivos em 2D. Recentemente, iniciou a migração para o Revit, visando adotar o BIM e integrar arquitetura, estruturas e instalações prediais em um modelo único. Entre os prós da transição, destacam-se a coordenação multidisciplinar, a redução de conflitos construtivos, a capacidade de gerar quantitativos automaticamente e a possibilidade de simular desempenho ambiental. Entre os contras, o escritório enfrenta curva de aprendizado elevada, necessidade de treinamento da equipe, maior tempo inicial para modelagem e custos associados à aquisição de licenças e infraestrutura digital adequada. Essa transição ilustra o desafio de equilibrar produtividade imediata com ganho de eficiência e precisão a médio e longo prazo. A respeito do AutoCAD e do Revit, julgue os itens seguintes.

- 102** A migração para o Revit garante redução imediata de custos e tempo de projeto, independentemente da complexidade da edificação ou do nível de experiência da equipe.
- 103** A migração do AutoCAD para o Revit permite integrar todas as disciplinas do projeto em um modelo BIM único, facilitando a detecção de conflitos e a compatibilização de sistemas.
- 104** A utilização de ferramentas digitais contribui para compatibilização de projetos pois permite detectar e resolver conflitos entre arquitetura, estrutura e instalações prediais antes da execução, reduzindo significativamente retrabalhos e custos na obra.

No contexto do Distrito Federal, a Vila Estrutural está situada em uma área de grande fragilidade ambiental, caracterizada por ocupações irregulares e proximidade com unidades de conservação, como o Parque Nacional de Brasília e a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Vila Estrutural. Segundo o IBRAM (2025), essa ARIE, criada pelo Decreto nº 28.081/2007, abrange uma área de 44,304 hectares e visa proteger remanescentes de Cerrado stricto sensu e outros ecossistemas. Historicamente, a região foi marcada pela presença do maior lixão a céu aberto da América Latina, o Lixão da Estrutural, que operou até 2018. Acerca da mitigação de riscos, julgue os itens seguintes.

- 105** Deve-se implementar plano de restauração de áreas degradadas por meio da integração comunitária em programas de prevenção, educação ambiental e brigadas locais, aumentando resiliência, consciência a respeito dos riscos e resposta em situações emergenciais.
- 106** Devem-se propor nivelamento ambiental e compactação do lixão, seguido de cobertura com solo argiloso, plantio de grama e instalação de pequenas valas superficiais para drenagem da água da chuva. A justificativa técnica apresentada seria que a compactação reduz a percolação do chorume, por exemplo.

Considere que o GDF abriu licitação para a construção de 10 escolas de educação básica em diferentes regiões administrativas do Distrito Federal. O contrato prevê projeto executivo e execução de obra sob regime de empreitada integral. Durante a execução, surgiram os seguintes problemas: divergência entre o projeto executivo fornecido pelo contratado e as normas de acessibilidade e segurança contra incêndio exigidas pelo CBMDF (NTs nº 1, 2 e 3; NBR 9077:2001); atrasos nas entregas parciais de escolas devido à incompatibilidade entre o planejamento físico-financeiro do contratado e a programação de desembolso do GDF; Solicitações do contratado para alteração de quantitativos e preços sem a devida formalização contratual. Considerando a Lei nº 14.133/2021, e considerando as medidas que podem ser adotadas pela Administração Pública, julgue os itens seguintes.

- 107** Deve-se suspender parcialmente o contrato para revisar as normas técnicas aplicáveis, utilizando como argumento que a conformidade com múltiplas NTs e normas brasileiras (acessibilidade, incêndio, estrutura) pode ser ajustada posteriormente durante a execução da obra.
- 108** Exigir que o contratado ajuste o projeto às normas técnicas aplicáveis, acompanhar o cronograma de execução, e formalizar quaisquer alterações contratuais mediante aditivo aprovado pela autoridade competente.
- 109** Permitir que o contratado siga adiante com a execução do projeto utilizando materiais e soluções construtivas substitutivas, pois atendem parcialmente às normas técnicas e à fiscalização posterior poderia validar a conformidade no final da obra.

No contexto de obras públicas, o programa, o controle e o acompanhamento assumem relevância ainda maior, dado o impacto social, econômico e legal dessas construções. Obras públicas demandam rigor na fiscalização, transparência no uso de recursos, observância estrita de normas legais e administrativas, e cumprimento de regulamentos como a Lei nº 14.133/2021 (nova lei de licitações). A gestão do canteiro de obras, o controle de materiais, a emissão de faturas e o acompanhamento físico-financeiro devem ser formalizados e auditáveis, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente e responsável. Além disso, critérios de medição, produtividade e segurança do trabalho não apenas impactam a qualidade e os prazos, mas também constituem instrumentos de responsabilização civil e administrativa do órgão público e dos contratados. Com base no acompanhamento e na aplicação de recursos – vistorias, emissão de faturas, controle de materiais –, julgue os itens a seguir.

- 110** A integração entre fiscalização, planejamento e controle se torna um mecanismo central para reduzir riscos, evitar atrasos e garantir que a obra cumpra sua função social.
- 111** A emissão de faturas e o controle de materiais devem estar vinculados à medição física e quantitativos efetivamente executados, garantindo conformidade financeira e prestação de contas.

- 112** A Lei exige o uso de sistemas digitais de controle (BIM, planilhas integradas, *softwares* de medição) pois melhoram o acompanhamento físico-financeiro, reduzem o prazo e garante a conclusão rápida de obras públicas.

O exercício da profissão de arquitetura e urbanismo no Brasil é pautado por marcos legais e princípios éticos que garantem responsabilidade técnica, transparência e qualidade das obras. A Lei nº 12.378/2010 estabelece a regulamentação profissional, definindo atribuições exclusivas do arquiteto e urbanista e reforçando a responsabilidade legal em projetos e obras, como no caso de edificações públicas ou privadas de grande porte, onde falhas podem gerar riscos à vida. Complementarmente, a Resolução CAU nº 21/2012 instituiu o registro de responsabilidade técnica (RRT), instrumento que vincula formalmente o profissional à obra ou serviço executado, permitindo rastreabilidade e segurança jurídica; por exemplo, um projeto de requalificação urbana precisa de RRT para garantir que alterações estruturais e ambientais sejam assinadas por profissional habilitado. Acerca da Resolução CAU nº 21/2012, julgue os itens seguintes.

- 113** O arquiteto pode delegar integralmente sua responsabilidade técnica a outro profissional contratado sem registrar o RRT correspondente, desde que o projeto seja aprovado por órgãos públicos.
- 114** O RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) vincula formalmente o arquiteto à obra, permitindo rastreabilidade e responsabilização legal por falhas técnicas, mesmo que o projeto seja parcialmente executado por terceiros.

Considere que um arquiteto responsável por um edifício institucional de grande porte decide aprovar mudanças no projeto estrutural solicitadas pelo cliente, sem considerar a capacidade real do terreno e sem consultar engenheiros especializados, apenas para reduzir custos e atender ao desejo imediato do contratante. Embora o edifício seja concluído, surgem fissuras, infiltrações e riscos à segurança dos usuários, caracterizando violação ética grave: o profissional priorizou interesses comerciais pessoais em detrimento da segurança, da sustentabilidade e da função social da arquitetura, contrariando os princípios da Lei nº 12.378/2010 e da ética profissional orientada pelo CAU. Quanto à Resolução CAU nº 21/2012, julgue os itens seguintes.

- 115** A ética profissional exige que o arquiteto recuse alterações que comprometam a segurança, a sustentabilidade ou a função social da obra, mesmo que isso implique conflito com o cliente ou atraso no cronograma.
- 116** Um arquiteto não pode ser diretamente responsabilizado administrativamente pelo uso de materiais ou soluções construtivas não conformes com normas técnicas, quando não é contratado pelo cliente.

O ensino de Arquitetura e Urbanismo exige uma organização didático-pedagógica estratégica, capaz de articular teoria e prática, disciplinas técnicas e conceituais, bem como diferentes formas de conhecimento. A estrutura curricular deve favorecer a construção ativa do conhecimento, estimulando pensamento crítico, criatividade e habilidades práticas em projeto e planejamento urbano. O ensino integrado promove a articulação entre áreas distintas, como projeto arquitetônico, tecnologia da construção, urbanismo, história e sustentabilidade, possibilitando que o estudante desenvolva uma visão holística e interdisciplinar, essencial para enfrentar os desafios complexos do ambiente construído. Acerca da metodologia de ensino de arquitetura, julgue os itens a seguir.

117 O ensino integrado e comprometido de arquitetura prescinde do uso de tecnologias digitais, já que habilidades manuais de desenho são suficientes para a prática profissional.

118 A organização didático-pedagógica que combina oficinas de projeto, laboratórios digitais e estudos de caso reais permite uma formação mais sólida de competências técnicas, conceituais e criativas além do impacto social direto.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), consolidadas pela Resolução nº 1, de 5 de janeiro de 2021, constituem um marco regulatório fundamental para a educação profissional e tecnológica no Brasil, orientando a formação de estudantes de nível técnico, superior e tecnológico. As DCNs buscam promover uma articulação equilibrada entre conhecimento teórico, competências práticas e habilidades socioemocionais, incentivando a aprendizagem crítica, interdisciplinar e contextualizada. Ao estabelecer princípios de integração entre teoria, prática, pesquisa aplicada e vínculo com o mercado de trabalho, as diretrizes incentivam cursos e instituições a formarem profissionais capazes de atuar de maneira inovadora, ética e socialmente responsável, preparados para responder aos desafios complexos e dinâmicos da sociedade contemporânea. A respeito das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução nº 01/2021), julgue os itens seguintes.

119 As DCNs enfatizam a formação integral do estudante, promovendo competências técnicas, cognitivas e socioemocionais, de modo a prepará-lo para atuar de forma crítica, ética e inovadora no mercado de trabalho.

120 As DCNs não permitem que cursos priorizem exclusivamente conteúdos teóricos, dispensando experiências práticas e conexão com o mercado de trabalho, sem comprometer a qualidade da formação profissional.



RASCUNHO